



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639202 - MA (2021/0005516-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : JOSE RIBAMAR ALVES JUNIOR
ADVOGADO : JOSE RIBAMAR ALVES JUNIOR - MA014260
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : EGUINALDO OLIVEIRA SARAIVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EGUINALDO OLIVEIRA SARAIVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (HC n. 0814375-22.2020.8.10.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado, nos termos do art. 312 do CPP, mormente porque seus predicados pessoais permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Alega que não foi demonstrado, de maneira concreta, de que forma, em liberdade, o paciente poderia causar embaraço à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Entende que a gravidade abstrata do delito não pode servir como motivo para a decretação da prisão preventiva, destacando que essa medida deve ser adotada apenas como *ultima ratio*.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade ao paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor. Subsidiariamente, pugna pela aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, especialmente o monitoramento eletrônico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente